



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

**Recurso de agravo na apelação cível nº 329467-3 - Comarca do Recife**

**Agravante:** Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**Agravado:** Valdir Ferreira da Silva.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAL DE CÁLCULOS PELO CREDOR. INTERVENÇÃO DA CONTADORIA JUDICIAL DEMONSTRANDO QUE O VALOR DO CRÉDITO EXEQÜENDO É SUPERIOR AO REQUERIDO PELO EXEQÜENTE. JUIZ ACATOU OS VALORES DEMONSTRADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL. INOCORRÊNCIA DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. ERRO DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DE VALORES DEVIDOS. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO. O ERRO NO CÁLCULO DO VALOR EXECUTADO NÃO ENSEJA A RENÚNCIA TÁCITA DO DIREITO AO CRÉDITO REMANESCENTE. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNÂNIMIDADE. 1. É lícito ao julgador solicitar o auxílio do Contador Oficial, a cujos cálculos se confere presunção de correção, tendo em vista a sua qualidade de órgão auxiliar da justiça, equidistante dos interesses das partes, devendo ser dado maior relevo às contas do contador em detrimento das realizadas pelos litigantes. 2. Não há que se falar em julgamento *ultra petita*, posto que se verifica que os cálculos do Contador Oficial se adequam à decisão exequenda, havendo erro material na memória de cálculos trazida pelo agravante em relação ao valor da RMI/Salário de Benefício do Autor e o montante devido corrigido, conforme análise de cálculo às fls. 37/46. 3. Os cálculos aritméticos apenas traduzem em números a extensão da coisa julgada, de maneira que deve ser levada em consideração a conta que corretamente apurou o valor devido pela parte vencida, independentemente de quem a tenha apresentado ou confeccionado. 4. O erro de cálculo, caracterizado pela omissão ou equívoco na inclusão de parcelas indevidas ou na exclusão de valores devidos, não faz coisa julgada, podendo ser corrigido até mesmo de ofício, conforme o disposto no art. 463, I, do Código de Processo Civil. 5. Os cálculos apresentados pelo Contador Judicial às fls. 37/46, foram elaborados por órgão oficial deste Tribunal, com base em índices oficiais, e a existência de erros materiais na planilha de cálculos apresentada pelo exequente, ora agravado, deve ser retificada com vistas a prevenir enriquecimento sem causa da Fazenda, visto que não extrapolou os limites do acórdão

proferido na Ação Originária. 6. Recurso unanimemente improvido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo na apelação cível nº 329467-3, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de junho de 2014

**Des. Ricardo Paes Barrêto** - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
2ª Câmara de Direito Público  
*Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto*

100

**Recurso de agravo na apelação cível nº 329467-3 – Comarca do Recife**

**Agravante:** Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**Agravado:** Valdir Ferreira da Silva.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão terminativa que negou seguimento ao apelo, mantendo a sentença originária que homologou os cálculos apresentados pelo Contador Judicial.

Nas razões, de fls. 98/102, sustenta o agravante que a sentença é *ultra petita*, visto que os cálculos apresentados pelo Contador Oficial são maiores do que os apresentados pela parte apelada, bem como que é vedado ao juiz condenar o réu a pagar quantia superior à reclamada pelo credor.

Alegam também que os cálculos feitos pelo Contador do Juízo foram embasados em uma RMI incorreta, no valor de R\$ 496,71 (quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos), quando o valor da RMI deveria ser de 223,29 (duzentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos), e por fim, questiona os juros de mora que deveriam ser de 81% (oitenta e um por cento).

Ao final requereu o provimento do recurso, para reformar em definitivo a decisão de origem.

É o relatório.

**VOTO**

Compulsando os autos, observo que a Contadoria do Juízo apurou que a quantia devida ao agravado seria de R\$ 410.106,00 (quatrocentos e dez mil e cento e seis reais), enquanto que os cálculos apresentados pelo mesmo em sua inicial remontam ao valor de 244.991,72 (duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e setenta e dois centavos).

Note-se, portanto, que os valores encontrados pela Contadoria são maiores do que aqueles apresentados pelo agravado.

Importa salientar, inicialmente, que esta Corte de Justiça entende ser lícito ao julgador solicitar o auxílio do Contador Oficial, a cujos cálculos se confere presunção de correção, tendo em vista a sua qualidade de órgão auxiliar da justiça, equidistante dos interesses das partes, devendo ser dado maior relevo às contas do contador em detrimento das realizadas pelos litigantes, vejamos:

EMBARGOS À EXECUÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CÁLCULOS DA CONTADORIA JUDICIAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS EMBARGADOS SOBRE A PLANILHA ELABORADA PELO AUXILIAR DO JUÍZO. EXPURGO MENOR DO QUE O PRETENDIDO PELA EMBARGANTE. PRESUNÇÃO DE EXATIDÃO DOS CÁLCULOS DO CONTADOR OFICIAL. HOMOLOGAÇÃO. EMBARGOS PROCEDENTES EM PARTE. Existindo dúvida quanto ao valor correto da execução - como se afigurou a hipótese dos autos -, é lícito ao julgador solicitar o auxílio do Contador Oficial, a cujos cálculos se confere presunção de correção, tendo em vista a sua qualidade de órgão auxiliar da justiça, equidistante dos interesses das partes. Realizadas as contas pelo auxiliar do

juízo, bem como oportunizada aos exequentes a impugnação dos referidos cálculos, o seu silêncio - cumulado com o afastamento das razões de insurgência da Fazenda executada - não deixa outra alternativa ao julgador senão a homologação da planilha elaborada pelo Contador Oficial. Homologação do crédito exequendo nos termos da memória de cálculos apresentada pela Contadoria Judicial. Procedência parcial dos embargos (Embargos à execução 154980-6, 2CDP, rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, julgado em 19/08/2009).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO REJEITADOS. INEXISTÊNCIA DE REEXAME NECESSÁRIO. INTERPOSIÇÃO DE APELO VOLUNTÁRIO. MÉRITO: DIVERGÊNCIA ENTRE OS CÁLCULOS APRESENTADOS PELO EXEQUENTE E OS ACOSTADOS PELA PERTE EXECUTADA. CONTADORIA JUDICIAL PROPÕE RETIFICAÇÃO DAS CONTAS. CORREÇÃO EFETIVADA. CONTADOR JUDICIAL CONCORDA COM OS NOVOS CÁLCULOS APRESENTADOS. HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE AS CONTAS DO PERITO OFICIAL E AS DA PARTE EXECUTADA, DEVE-SE DAR MAIS RELEVÔ ÀS DO AUXILIAR DO JUÍZO, SOBRETUDO QUANDO ESTE DEMONSTRA, DE FORMA CLARA, QUE OS CÁLCULOS FORAM EFETIVADOS DE ACORDO COM OS TERMOS LEGAIS. APELO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME. 1. A sentença proferida em autos de embargos à execução opostos pela Fazenda Pública não está sujeita a reexame necessário, mesmo que proferida em detrimento dos interesses fazendários. Precedentes do STJ. 2. O contador judicial, no caso dos autos, evidenciou equívocos nos cálculos inicialmente apresentados pelo exequente que, instado pelo juízo, retificou as contas e apresentou nova planilha, com a qual a contadoria judicial concordou, tendo, inclusive, demonstrado a perfeita consonância entre ela e os termos da legislação pertinente ao tema analisado. 3. Havendo discrepância entre os cálculos da contadoria judicial e os apresentados pelas partes, há de se dar maior relevô às contas do auxiliar do juízo, sobretudo quando este demonstra, de forma inequívoca, a consonância entre o procedimento por si realizado e os termos legais que devem ser observados no caso concreto. 4. Apelação desprovida. Mantida a sentença monocrática. 5. Decisão unânime (AC 153785-7, 1CDP, rel. Des. Fernando Cerqueira, julgado em 16/10/2007).

No caso em espécie não há que se falar em julgamento *ultra petita*, posto que se verifica que os cálculos do Contador Oficial se adequam à decisão exequenda, havendo erro material na memória de cálculos trazida pelo agravante em relação ao valor da RMI/Salário de Benefício do Autor e o montante devido corrigido, conforme análise de cálculo às fls. 37/46.

Os cálculos aritméticos apenas traduzem em números a extensão da coisa julgada, de maneira que deve ser levada em consideração a conta que corretamente apurou o valor devido pela parte vencida, independentemente de quem a tenha apresentado ou confeccionado.

O art. 460, *caput*, do CPC assim dispõe:

É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

O termo “quantidade superior”, referido no artigo acima citado, é aquele que eventualmente extrapole os limites determinados no julgado, não se confundindo com o valor resultante de equívoco matemático, e não implicando em renúncia do excedente pelo credor.

Cumpre ressaltar que o erro de cálculo, caracterizado pela omissão ou equívoco na inclusão de parcelas indevidas ou na exclusão de valores devidos, não faz coisa julgada, podendo ser corrigido até mesmo de ofício, conforme o disposto no art. 463, I, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido, colaciono precedentes das Cortes Brasileiras e do STJ, com arestos adiante ementados:

~

130

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAL DE CÁLCULOS PELO CREDOR. INTERVENÇÃO DA CONTADORIA JUDICIAL DEMONSTRANDO QUE O VALOR DO CRÉDITO EXEQÜENDO É SUPERIOR AO REQUERIDO PELO EXEQÜENTE. OFENSA À COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. ERRO DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DE VALORES DEVIDOS. POSSIBILIDADE DE CORREÇÃO. O ERRO NO CÁLCULO DO VALOR EXECUTADO NÃO ENSEJA A RENÚNCIA TÁCITA DO DIREITO AO CRÉDITO REMANESCENTE. 1. A conta que enseja o precatório, bem como a elaboração do mesmo, não pode violar a coisa julgada. Precedentes: RMS 28.033/SP, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ de 16 de abril de 2009; REsp 702.849/RJ, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ de 30 de setembro de 2008; e EREsp 208.109/RS, Relator Ministro Barros Monteiro, Corte Especial, DJ de 11 de dezembro de 2006. 2. Compete ao juiz de primeiro grau decidir a respeito da expedição de precatório complementar. (Resp 596743/SP, Segunda Turma, Min. João Otávio de Noronha, DJ de 22.11.2004; Resp 399.037/SP, Min. Jorge Scartezini, 5ª T., DJ de 26.04.2004; Eresp 150.985/SP, Min. José Delgado, 1ª S., DJ de 1998), bem como que, em havendo precatório complementar, é incabível nova citação da Fazenda Pública para, querendo, opor embargos nos termos do art. 730 do CPC. O novo precatório decorre de incidente da execução em curso, que não foi extinta (AgRg no Ag 680.814/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/08/2005, DJ 22/08/2005 p. 138). 3. In casu, o exeqüente, para fins de precatório complementar, requereu o recebimento de saldo remanescente, apresentando cálculos de liquidação no valor de R\$ 83.744,22 (e-STJ fl. 43), tendo o Fisco impugnado referido cálculo, indicando que o crédito seria no valor de R\$ 13.261,84 (e-STJ fl. 51). Diante da discordância entre as contas, os autos foram remetidos à Contadoria Judicial, que apresentou, como valor devido, a importância de R\$ 167.298,28 (e-STJ fls. 54/55). O Juízo Federal da 10ª Vara de São Paulo/SP proferiu decisão, com entendimento corroborado pelo Tribunal local, onde chegaram a seguinte conclusão, verbis: "A conta elaborada pelo Contador do Juízo, fls. 273, sana os defeitos apontados na execução, tendo em vista estar em conformidade com a R. Sentença/V.Acórdão. Foram considerados os índices de correção monetária que refletem a real inflação do período, os quais decorrem da Jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, não pode o Juízo aumentar o pedido inicial do autor." (e-STJ fl. 67). 4. Deveras, forçoso ressaltar que, com a modificação introduzida pela Lei n.º 8.898/94, legislação processual civil vigente à época, não mais se fazia necessária a liquidação de sentença por cálculo do contador, incumbindo à exequente a apresentação da memória de cálculo discriminada, na forma do art. 604, do CPC. Todavia, verificada discrepância de valores, era permitido ao juiz nomear contador, com a finalidade de apurar o quantum devido pelo exeqüente, exatamente o que ocorreu nos presentes autos. 5. No presente caso, o próprio órgão julgador reconhece que o cálculo elaborado pela Seção de Contas do Juízo é o correto, nos termos da coisa julgada executada, limitando, porém, a expedição de precatório complementar à primeira cifra apresentada pelo exeqüente, tendo em vista o valor do pedido, com base nos cálculos apresentados pelo próprio credor. 6. Ocorre que, o erro no cálculo do valor executado, consubstanciado na inclusão de parcelas indevidas ou na exclusão de valores devidos, caracteriza manifestação incorreta da vontade do credor, hipótese em que não se opera a coisa julgada (podendo, o equívoco, ser corrigido a qualquer tempo, até mesmo de ofício, à luz do disposto no artigo 463, I, do CPC), configurando argumento apto a ilidir a presunção de satisfação integral da dívida, desde que o exercício da pretensão executiva não se encontre fulminado pela prescrição. 7. Realmente, a análise do thema, à luz da novel jurisprudência desta Corte e da legislação atinente à matéria, conduz às conclusões assentadas pela Primeira Turma, no julgamento do RMS 27478/SP, Rel. Ministra Denise Arruda, DJ de 16/04/2009: "(...) 2. O erro de cálculo, caracterizado pela omissão ou equívoco na inclusão de parcelas indevidas ou na exclusão de valores devidos, não faz coisa julgada, podendo ser corrigido até mesmo de ofício, conforme o disposto no art. 463, I, do Código de Processo Civil. 3. Atualmente, o art. 1º-E da Lei 9.494/97, incluído pela Medida Provisória 2.180-35/2001, permite ao Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, proceder à revisão das contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor. 4. Entretanto, o erro de cálculo

que não faz coisa julgada, corrigível até mesmo de ofício, é tão-somente o erro aritmético, configurado pela omissão ou equívoco na inclusão de parcelas indevidas ou na exclusão de valores devidos. (...)” 8. Ademais, **o erro no cálculo do valor executado não enseja a renúncia tácita do direito ao crédito remanescente, causa extintiva do feito executivo prevista no inciso III, do artigo 794, do CPC.** Realmente, a Corte Especial no julgamento do recurso especial representativo de controvérsia decidiu que: “A renúncia ao crédito exequendo remanescente, com a conseqüente extinção do processo satisfativo, reclama prévia intimação, vedada a presunção de renúncia tácita.” (STJ, REsp 1143471/PR, Corte Especial, rel. Min. Luiz Fux, , DJe 22/02/2010) 9. Recurso especial provido. (REsp 1176216 / SP, T1, rel. Min. Luiz Fux, DJe 17/11/2010).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÁLCULO DA CONTADORIA JUDICIAL. ACÓRDÃO ULTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA 283/STF. 1. Discute-se nos autos se configura julgamento ultra petita adotar valor apurado pela Contadoria Judicial em montante superior ao pretendido na inicial da execução. 2. O Tribunal de origem concluiu não haver julgamento ultra petita se possível extrair do contexto da inicial o pedido analisado na sentença, hipótese em que os cálculos da contadoria estão de acordo com as diretrizes traçadas no título executivo judicial. 3. Aferir se houve decisão extra petita diante da consideração dos cálculos apresentados pela Contadoria Judicial pelo Juízo de primeira instância, como requer a recorrente, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a este Tribunal em vista do óbice da Súmula 7/STJ. 4. Há fundamento autônomo inatacado pela agravante nas razões de recurso especial - diferença apurada pela Contadoria Judicial em relação aos juros de mora e correção monetária -, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.” Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1393748 PE 2013/0224989-6, T2, rel. Min. Humberto Martins, DJe em 01/10/2013).

PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCLUSÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO DECISUM. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE DECISÃO ULTRA PETITA. ESTUDO TÉCNICO REALIZADO POR CONTADOR JUDICIAL. PARTE IMPARCIAL NO FEITO. APLICAÇÃO DE MULTA NA ORIGEM. CARACTERIZAÇÃO DO INTUITO MERAMENTE PROTETATÓRIO. MANUTENÇÃO DA SANÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. I- Não merece prosperar recurso especial interposto sob o fundamento de malferimento ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob a alegação de pretensa omissão, quando a matéria objeto do recurso restou apreciada à exaustão pela instância a quo. Ademais, compete ao magistrado fundamentar todas as suas decisões, de modo a robustecê-las, bem como afastar qualquer dúvida quanto a motivação tomada, tudo em respeito ao disposto no artigo 93, IX da Carta Magna de 1988. Tal raciocínio não origina contudo, a obrigação de dar respostas a todas as indagações formuladas em juízo, devendo ser considerada a conclusão lógico-sistemática adotada pelo decisum. Precedentes. II- Não houve julgamento ultra-petita, uma vez que o Tribunal a quo fundamentou sua decisão em estudo técnico elaborado por contador judicial imparcial, acolhendo-o por entender que este dispõe de métodos técnicos mais apropriados. Ademais, estes cálculos podem e devem ser considerado por serem oriundos de parte imparcial no feito. III- Tendo o Tribunal a quo aplicado multa processual, em razão do nítido intuito protetatório da empreitada recursal, descabida a extirpação da pena, no Órgão ad quem, caso reste caracterizado o aludido animus. Inteligência do art. 538, parágrafo único do Código de Processo Civil. IV- Agravo interno desprovido (AgRg no REsp 544112 / SP, T5, rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 06/11/2003).

2  
CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. COISA JULGADA. CÁLCULOS DO EXEQUENTE INFERIORES AOS VALORES EFETIVAMENTE DEVIDOS. ACOLHIMENTO DOS CÁLCULOS DA CONTADORIA. OBSERVÂNCIA DA COISA JULGADA. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANTIVO. 1. É certo que, a teor do artigo 293 do Código de Processo Civil, os pedidos são interpretados restritivamente, e que, nos termos do artigo 128, o Juiz deve decidir a lide nos limites em que proposta.

111

2. Porém, revendo posição que adotei em julgados anteriores, adiro ao entendimento de que não constitui julgamento ultra petita a adoção dos cálculos da contadoria judicial, quando apurarem valor superior ao apresentado pelo próprio exequente. 3. Os cálculos aritméticos apenas determinam a extensão quantitativa da coisa julgada, em relação ao que não se impõe, de forma rígida, o princípio dispositivo ou da inércia judicial, principalmente nos casos em que cuidou de delimitar somente os aspectos qualitativos da condenação. 4. A adoção dos cálculos corretos, independentemente de quem os tenha elaborado, é medida de justiça e mais adequada à vertente substantiva do princípio do devido processo legal, inclusive porque nem sempre as partes estão devidamente aparelhadas para realizar cálculos de relativa complexidade. 5. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 6. Considerando que se trata de cumprimento de sentença e que o valor determinado pelos cálculos da contadoria é relativamente alto, dou provimento ao apelo da Fazenda Nacional para reduzir os honorários advocatícios a 5% (cinco por cento) do valor da execução. 7. Providas ambas as apelações. (TRF3, AC 0017904-66.2008.4.03.0000, T3, Juiz Convocado Rubens Calixto, DJe de 16/05/2013).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MEMÓRIA DE CÁLCULO APRESENTADA PELO CONTADOR. DECISÃO ULTRA PETITA. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A nova sistemática introduzida na legislação processual através da Lei 8.898/94, mitigou a liquidação por cálculo do contador, incumbindo à parte exequente a tarefa de apresentar memória discriminada e atualizada do cálculo, na forma do art. 604 do CPC. Deveras, essa novel técnica não impede que o juiz aprecie a regularidade dos cálculos apresentados, quando estes se revelem dissonantes da decisão liquidanda. Precedentes. (RESP n.º 182.137/SP, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 08.05.2000). 2. Não ocorre vício in procedendo, cognominado de ultra petita, quando a decisão limita-se a aplicar índices de correção monetária em sede de execução de sentença ainda não foram homologados. 3. Recurso especial improvido. (STJ, RESP 457.403/AL, T1, rel. Min. Luiz Fux, DJe de 03.04.2003).

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÁLCULOS ELABORADOS PELO CONTADOR JUDICIAL EM VALOR SUPERIOR AO APRESENTADO PELO EXEQUENTE. JULGAMENTO ULTRA PETITA NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS DESPROVIDO. 1. O acolhimento dos cálculos elaborados por Contador Judicial em valor superior ao apresentado pelo exequente não configura julgamento ultra petita, uma vez que, ao adequar os cálculos aos parâmetros da sentença exequenda, garante a perfeita execução do julgado. 2. Agravo Regimental do INSS desprovido. (STJ AgRg no Ag 1.088.328/SP, T5, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho DJe de 22.06.2010).

Desta forma, não vislumbro motivos para deixar de acatar os cálculos apresentados pelo Contador Judicial às fls. 37/46, haja vista terem sido elaborados por órgão oficial deste Tribunal, com base em índices oficiais, e a existência de erros materiais na planilha de cálculos apresentada pelo exequente, ora agravado, deve ser retificada com vistas a prevenir enriquecimento sem causa da Fazenda, visto que não extrapolou os limites do acórdão proferido na Ação Originária.

Pelo exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão de origem em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014

**Des. Ricardo Paes Barreto**  
**Relator**